



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

**DESPACHO - PRE/DG/SGA/COMANP**

Conforme solicitado, esta Unidade deverá avaliar efetivamente o atendimento às condições 2.2.3.1.1. e 2.2.3.1.3 do edital, abaixo reproduzidas:

*2.2.3.1.1.- Os interessados deverão demonstrar a disponibilidade de terreno para a CONSTRUÇÃO ou prédio para ADAPTAÇÃO, de acordo com metragens, condições de acessibilidade, estacionamentos e possibilidade de ampliação nos termos do Anexo II deste Edital.*

*2.2.3.1.3 - O terreno ou o prédio deverá estar devidamente identificado quanto:*

- a. à sua exata localização no município, dentro da região delimitada no Anexo II;*
- b. ao tipo de via e condições do logradouro (via duplicada, via de mão dupla, via de mão única; tipo de pavimentação);*
- c. à oferta de vagas de estacionamento ao longo da via nas proximidades do imóvel (inexistente, em um dos lados da via ou em ambos os lados da via);*
- d. ao número de linhas de transporte coletivo no logradouro ou nas vias paralelas ou transversais, com parada mais próxima do terreno ou prédio—As linhas existentes deverão ser identificadas quanto ao seu nome, empresa transportadora e vias de trajeto, próximas ao imóvel.*

Avaliando as peças existentes no documento nº 1597471, para proceder às análises solicitadas pedimos a apresentação do que segue:

- a) Planta baixa legível, em boa resolução, permitindo a indicação das áreas de cada ambiente;
- b) Planta de situação, contendo a localização do terreno e da edificação nele existente, contendo as dimensões do terreno e arredores em vista superior; sua vizinhança (lotes, quadras), referências de localização, simbologias de representação gráfica, curvas de nível, indicação do norte; vias de acesso ao conjunto, arruamento e logradouros adjacentes; indicação das áreas a serem edificadas/reformadas contendo o contorno da cobertura, escala, dentre outras informações pertinentes;
- c) Relatório fotográfico do imóvel, inclusive cobertura e fachadas.

**Observações:**

- *Salienta-se que o interessado (licitante-investidor) deverá atender aos requisitos indicados no Termo de Referência no que se refere aos projetos de adaptação do imóvel, no caso particular. No que se refere a acessibilidade, deverá atender integralmente às regras de acessibilidade previstas na norma técnica de acessibilidade da ABNT - NBR 9050/2015; deverá ter rota acessível, possuindo para tal um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecte os ambientes externos e internos da edificação, e que possa ser utilizado de forma autônoma e segura por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência. A rota acessível externa pode incorporar estacionamentos, calçadas rebaixadas, rampas, etc. A rota acessível interna pode incorporar corredores, pisos, rampas, escadas, etc. Caso seja necessário construir rampas, estas devem possuir inclinação de, no máximo, 12,5% (1:8), com apenas 1(um) seguimento.*
- *A execução das obras deverá respeitar as normas técnicas aprovadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como todas as leis, regulamentos e posturas locais, incluindo, dentre outras, normas de proteção ao meio ambiente e de acessibilidade, bem como ergonomia, combate a incêndio e pânico, rede de esgotamento sanitário, hidráulica e energia elétrica.*

- *O imóvel será entregue ao Tribunal pronto para uso imediato, inclusive com o “habite-se” outorgado pela Prefeitura do respectivo município, cuja constatação será objeto de Laudo de Vistoria e aprovação que passará a integrar o presente instrumento.*
- *Todo o custo para a execução da obra, nos termos do projeto arquitetônico e memorial descritivo, será suportado pelo licitante-investidor, que deverá providenciar às suas expensas a instalação de geradores de energia elétrica, nobreak, rede lógica, sistemas de segurança, ventilação e climatização, bem como divisórias internas.*
- *O licitante-investidor se responsabilizará pela manutenção do imóvel durante toda a vigência do Contrato.*
- *Quaisquer alterações nos projetos da obra deverão ser aprovadas expressamente pelas partes.*

O licitante-investidor deverá ainda:

*a) apresentar Anteprojeto Arquitetônico - planta, cortes e fachadas; memorial descritivo e orçamento sintético em até 30 (trinta) dias após assinatura do Contrato, devendo o Tribunal propor ajustes em até 30 (trinta) dias, se necessário.*

*b) Elaborar o Projeto Básico de Engenharia (Art. 6º, IX, da Lei 8666/93), no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da aprovação do Anteprojeto Arquitetônico e memorial descritivo pela SEPROB, que terá o prazo de 10 (dez) dias para manifestação. Será considerado nesse período reunião para apresentação do partido adotado para os projetos complementares, onde serão detalhadas as diretrizes do projeto, como disposição de quadros, subestação, alimentadores, reservatórios, etc. Tais reuniões não eximirão a Contratada de seguir os normativos e legislações vigentes, tampouco as demais determinações do Edital de Chamamento Público, que será parte integrante do contrato.*

*c) Se o Tribunal indicar alterações no Projeto Básico, conceder-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para as correções e retificações, podendo ser prorrogado por mais 15 (quinze) dias, sem incidência de multa.*

*d) Depois da aprovação do Projeto Básico, caberá à Contratada a elaboração dos Projetos Executivos de Engenharia (Art. 6º, X, da Lei 8.666/93), no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da notificação da aprovação do Projeto Básico, submetendo-o à análise e aprovação prévia do Tribunal, que terá o prazo de 5 (cinco) dias para manifestação.*

*e) Se o Tribunal indicar alterações nos Projetos Executivos de Engenharia, conceder-se-á o prazo de 10 (dez) dias para as correções e retificações.*

*f) Depois da aprovação do Projeto Básico de Engenharia, a Contratada deverá obter a aprovação e licenças junto aos órgãos públicos competentes (Prefeitura Municipal; Companhias de Energia, Água e Saneamento; Órgãos Ambientais, etc);*

*g) Para a elaboração dos projetos, deverão ser observadas as diretrizes da Resolução 114/2010, do Conselho Nacional de Justiça e demais legislações e normativos vigentes.*

*h) A Contratada deverá, mesmo após a aprovação do Tribunal, realizar sem ônus, as adequações nos projetos que forem determinadas pelos Órgãos citados; a não aprovação dos projetos pelos mencionados Órgãos poderá implicar na ineficácia do Contrato, sem direito a qualquer indenização à Contratada.*

À SGA.

**Maxwell Mascarenhas dos Anjos**

Coordenador de Obras e Manutenção Predial



Documento assinado eletronicamente por **Maxwell Mascarenhas dos Anjos, Coordenador**, em 28/04/2021, às 18:24, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1615418** e o código CRC **1F905AC8**.

